

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO REF.^a N.º 13 _GPENAPOR_2022

ENTRE

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

E

INFOPLUS - Comunicação Marketing & Eventos

CONTRATO REF.ª N.º 13_GPENAPOR_2022

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ENTRE:

PRIMEIRA: ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A., com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, CP-82, Detentora do Capital Social de 1.200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 1168, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Alcídio Nascimento Lopes**, casado, portador do BI n.º 219163, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF:121916391 e pelo Eng.º **Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portador do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administrador respetivamente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar, adiante designada por **Primeira Outorgante**.

E

INFOPLUS - Comunicação Marketing & Eventos com sede em Av. Manuel Duarte - Prainha 7001-101 P, Cidade da Praia, Ilha de San Tiago, detentora do capital social de 1.000.000 (Um milhão de escudos ECV), Contribuinte com o NIF: 281003807, registada na Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel da Praia, sob o n.º N281003807/4628020190607, representada pelo **Dr. Carlos Morgado**, casado, portador do Passaporte n.º CA634520, pela Embaixada de Portugal na cidade da Praia, Titular do NIF: 165130610, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, no uso de competências delegadas, com poderes para obrigar, adiante designada **Segunda Outorgante**.

Entre as Outorgantes supra identificadas e nas respetivas qualidades, é de boa-fé e livre vontade, firmado e reduzido a escrito o presente Contrato de Prestação de Serviços que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª
(Objeto)

1. O presente contrato tem por objeto a produção, pela Segunda Outorgante, de um livro sobre a história da Primeira Outorgante, em imagens, no âmbito das atividades comemorativas do 40.º aniversário.
2. O livro ora encomendado e cujos Direitos Autorais serão transmitidos à Primeira Outorgante, será utilizada por ela, e pela melhor forma que lhe convier, seja para a sua exploração económica ou não.

Cláusula 2ª
(Descrição dos Serviços)

Para a fiel e completa execução do objeto contratual, a Segunda Outorgante executará os seguintes serviços:

- 1.1. Levantamento histórico da Primeira Outorgante, desde o seu surgimento até os dias atuais, com a abordagem do contexto da sua formação e de todos os elementos e informações que contribuíram para a sua criação, desenvolvimento e permanência;
- 1.2. Levantamento de fontes documentais e iconográficas junto aos acervos históricos públicos e da empresa;
- 1.3. Elaboração de texto e composição de imagens para a confecção de um livro a ser publicado sobre a história da Primeira Outorgante;

Cláusula 3ª
(Obrigações da Primeira Outorgante)

Sem prejuízo do cumprimento das demais obrigações previstas neste contrato, a Primeira Outorgante obriga-se a:

- 1.1. Fornecer à Segunda Outorgante as informações e documentação disponíveis e necessárias à execução dos serviços ora contratados;
- 1.2. Arcar com as despesas necessárias para a reprodução e utilização de documentos escritos e fotográficos necessários à realização das obrigações da Segunda Outorgante, incluindo o pagamento dos respectivos direitos autorais e direitos de uso de imagem;
- 1.3. Acompanhar a execução dos serviços;
- 1.4. Arcar com a totalidade das despesas com viagens, previamente autorizadas, incluindo transporte, sendo que a hospedagem e alimentação da equipe técnica da Segunda Outorgante, serão por conta desta

- 1.5. Os custos com as deslocações, deverão ser comprovados mediante apresentação de faturas/recibos, observadas as normas internas da Primeira Outorgante relativas a viagens;
- 1.6. Efetuar pontualmente os pagamentos previstos no presente contrato, inclusive no que tange ao pagamento da multa por atraso e juros de mora previstos. No caso de inadimplência por parte da Primeira Outorgante, poderá a Segunda Outorgante cobrar judicialmente os pagamentos em atraso, incluindo quaisquer despesas incorridas pela Segunda Outorgante para a cobrança judicial e extrajudicial dos valores pendentes, valendo-se do presente contrato como título executivo extrajudicial, nos termos do Código de Processo Civil.

Cláusula 4ª
(Obrigações da Segunda Outorgante)

Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste contrato, a Segunda Outorgante obriga-se a:

- 1.1. Responsabilizar-se por qualquer indemnização devida em decorrência de danos e/ou prejuízos causados por ação ou omissão sua, de seus empregados ou subcontratados, bem como pelo pagamento de quaisquer encargos devidos em decorrência da inobservância ou infração de disposições legais, regulamentos ou posturas vigentes aplicáveis à execução do presente contrato;
- 1.2. Obedecer às diretrizes emanadas da Direção Comercial e Marketing da Primeira Outorgante no tocante à organização e realização dos serviços em apreço;
- 1.3. Manter absoluto sigilo com referência a assuntos de que tome conhecimento em função da prestação dos serviços, mesmo após cessado o contrato, excluindo-se os assuntos que sejam de conhecimento público ou cuja divulgação seja feita para o cumprimento de ordem judicial ou em decorrência de lei;
- 1.4. Comprovar, a todo tempo, por exigência da Primeira Outorgante, o cumprimento das obrigações previstas neste contrato, como condição para o pagamento das faturas;
- 1.5. No caso de omissões e/ou falhas da Segunda Outorgante na execução dos serviços e a mesma recusar-se a corrigir os defeitos, poderá a Primeira Outorgante corrigi-los, respondendo a Segunda Outorgante, pelo custo incorrido pela Primeira Outorgante, com a efetivação da correção, devendo a Primeira Outorgante ser ressarcida dos custos incorridos, mediante a retenção de eventuais pagamentos custos com os créditos de qualquer pagamento porventura devido à Segunda Outorgante com base neste contrato e, caso insuficientes, cobrá-los judicialmente,



valendo-se do presente contrato como título executivo extrajudicial, nos termos do Código de Processo Civil.

- 1.6. Atender às convocações da Primeira Outorgante, desde que a Segunda Outorgante seja comunicada com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;

Cláusula 5ª
(Prazo)

1. O prazo fixado para a execução, pela Segunda Outorgante, dos serviços ora contratados é de 4 (meses) meses, a contar da assinatura do presente contrato. O prazo ora estabelecido somente poderá ser alterado mediante consenso escrito entre as Outorgantes.
2. A Segunda Outorgante, desde já, declara e garante que cumpre toda a legislação e regulamentação aplicáveis à atividade por si prosseguida e que está e estará na posse de todas as autorizações, licenças, alvarás e ou aprovações que, nos termos da lei e regulamentação lhe sejam aplicáveis e se mostrem necessárias para a prossecução da atividade, bem como para o cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.
3. A Segunda Outorgante garante que os serviços por si prestados no âmbito deste contrato cumprirão os requisitos exigidos e serão adequados aos objetivos e finalidades definidos.

Cláusula 6ª
(Incumprimento das Obrigações legais)

1. Fica expressamente pactuado que se a Primeira Outorgante efetuar qualquer desembolso comprovadamente em consequência do não cumprimento em tempo útil de qualquer obrigação atribuível à Segunda Outorgante, originária deste contrato, seja de natureza tributária, cível, ou de qualquer outra natureza, a Primeira Outorgante poderá reter os pagamentos devidos à Segunda Outorgante por força deste contrato, aplicando-os na satisfação da respectiva obrigação, inclusive para pagamento de custas, despesas necessárias, honorários advocatícios e de peritos. Caso a Segunda Outorgante quite suas obrigações e a Primeira Outorgante seja ressarcida dos valores previamente desembolsados em consequência do incumprimento de obrigações por parte da Segunda Outorgante, a Primeira Outorgante estará obrigada a efetuar os pagamentos retidos nos termos desta.
2. Caso já tenham sido liberados pela Primeira Outorgante todos os pagamentos e importâncias devidas à Segunda Outorgante, ou se o contrato já estiver sido encerrado, a Primeira Outorgante poderá cobrar judicialmente tais valores, servindo, para tanto, do

presente contrato como título executivo extrajudicial, nos termos do Código de Processo Civil.

Clausula 7^a
(Direitos Autorais)

1. Obriga-se a Segunda Outorgante a cumprir fielmente as disposições que regulam os direitos e obrigações relativos aos Direitos Autorais, bem como as demais disposições regulamentares vigentes, pertinentes aos direitos relativos aos processos e/ou aos meios utilizados para a prestação dos serviços objeto do presente contrato, isentando, igualmente, a Primeira Outorgante, de qualquer responsabilidade advinda dessa utilização, quer de natureza civil ou penal.
2. Pertencerão exclusivamente à Primeira Outorgante, para todos os fins de direito, os Direitos Autorais sobre todo conteúdo intelectual criado, desenvolvido e produzido pela Segunda Outorgante, por força do cumprimento do presente contrato, independentemente do nome, designação e ou título atribuídos, estando incluídos, mas não se limitando, a obra literária encomendada, os textos, o relatório e o acervo documental mencionados nos itens 1 e 2 da Cláusula 2.^a retro.
3. A Primeira Outorgante terá a exclusividade sobre o livro editado, estando expressamente vedado à Segunda Outorgante e/ou os seus autores reproduzi-lo.
4. O estatuído na presente cláusula não gerará qualquer remuneração adicional à Segunda Outorgante além da prevista na cláusula oitava ou gratificações a seus empregados, assim como, por outro lado, não lhe acarretará quaisquer ônus, decorrentes das medidas cabíveis à proteção legal dos direitos autorais resultantes.
5. As Outorgantes manterão uma à outra ileso de e contra todas e quaisquer ações, causas, reivindicações ou demandas referentes à violação de direitos autorais de terceiros e se comprometem a resolver qualquer ação, causa ou reivindicação.

Cláusula 8.^a
(Preço)

1. Pelo fiel e integral cumprimento das obrigações contratuais a Primeira Outorgante pagará à Segunda Outorgante, o valor total de 766.017,00 cve (setecentos e sessenta, e seis mil e dezassete escudos), a ser acrescido do IVA à taxa legal em vigor, da seguinte maneira:
 - 1.1. Adiantamento de 30% (trinta por cento) do valor global da proposta, com a assinatura do contrato e emissão da fatura correspondente em nome da Primeira Outorgante;

- 1.2. Regularização de todo o remanescente, com a conclusão dos trabalhos, entrega dos livros e correlativo relatório.
2. Os preços estabelecidos constituem a única remuneração devida pela Primeira Outorgante à Segunda Outorgante, nos termos deste contrato e compreendem todos os custos e despesas diretos e indiretos relacionados com a execução dos serviços, incluindo, custos referentes à mão-de-obra, materiais de consumo. O preço ora estabelecido não inclui, as despesas de viagem que porventura a Segunda Outorgante irá incorrer
3. Na hipótese de atraso por parte da Primeira Outorgante no pagamento de qualquer parcela do preço total à Segunda Outorgante, ensejará a incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do montante em atraso, acrescida de juros de mora à razão de 1% (um por cento) ao mês *pro rata die*.

Clausula 9.^a
(Penalidades)

1. A Segunda Outorgante fica sujeita à aplicação de multas pelos seguintes motivos:
 - 1.1. Atrasos no início e término dos serviços em relação aos prazos previstos;
 - 1.2. Erros ou defeitos na execução dos serviços;
 - 1.3. Inobservância do contrato.
2. Fica ainda sujeita a penalidades, em caso de incumprimento imputável à Segunda Outorgante ou a terceiros por si contratados para a prestação dos serviços objeto do presente contrato, haverá lugar à aplicação de penalidades nos termos legalmente estabelecidos.
3. A penalidade a aplicar consiste numa multa, e apenas se se verificar a situação referida no ponto 1.
4. O valor da multa por pedido, é calculado da seguinte forma:
 - i) Multa diária de 1‰ (um por mil) do preço contratual, nos primeiros 10 (dez) dias;
 - ii) Em cada período subsequente de igual duração a multa diária sofrerá um aumento para 2‰ (dois por mil) do valor do Contrato, sem, contudo, que na sua globalidade, possa exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço contratual;



- (a) As multas previstas nos pontos i) e ii) do número 3), serão descontadas de imediato no pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso;
- (b) Antes da aplicação de qualquer das penalidades a Segunda Outorgante será advertida, sendo-lhe garantida o direito ao contraditório e à mais ampla defesa, através dos meios institucionais e legais disponíveis ao exercício pleno de tais garantias, devendo apresentar a sua defesa em 02 (dois) dias uteis, contados do recebimento da respetiva advertência escrita;

Cláusula 10.^a
(Força Maior)

1. Não podem ser impostas penalidades à Segunda Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias de natureza extraordinária ou imprevisível exterior à vontade da parte afetada e que por esta não possam ser controladas.
2. Podem constituir força maior, e se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, guerra (declarada ou não), tumulto, insurreição civil, catástrofes naturais, greves gerais de âmbito nacional, incêndios, inundações, explosões, decisões governamentais ou outras situações não controláveis pelas Partes.
3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior devem ser comunicadas à parte contrária no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data em que tenham tido conhecimento das mesmas.
4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Segunda Outorgante deverá comunicar a Primeira Outorgante quais as obrigações emergentes do contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontre impedido ou dificultado por força de tal ocorrência e as medidas que pretende pôr em prática a fim de mitigar o impacto da referida situação e os respetivos prazos, no período máximo de 10 (dez) dias a contar do conhecimento da ocorrência da circunstância de força maior.

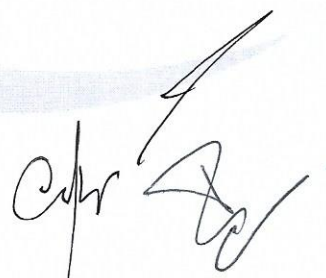
Cláusula 11.^a
(Resolução pela Primeira Outorgante)

A Primeira Outorgante pode resolver o presente contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais por parte da Segunda Outorgante e, ainda, nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente prevista:

- a) Razões de interesse público, mediante resolução fundamentada;
- b) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos do disposto na lei;
- c) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Segunda Outorgante;
- d) Incumprimento, por parte da Segunda Outorgante, de diretivas ou instruções transmitidas durante a execução do presente contrato;
- e) Oposição reiterada da Segunda Outorgante ao exercício dos poderes de fiscalização da Primeira Outorgante;
- f) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto na lei;
- g) Incumprimento, pela Segunda Outorgante, de decisões judiciais respeitantes ao presente contrato;
- h) A Segunda Outorgante se apresente à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal;

Cláusula 12.^a
(Efeitos da resolução)

1. Em caso de resolução do presente contrato por parte da Primeira Outorgante por facto imputável à Segunda Outorgante, esta fica obrigada ao pagamento de indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito.
2. A indemnização é paga pela Segunda Outorgante no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação para esse efeito, sem prejuízo da possibilidade de execução da caução prestada.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades/multas que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.



Cláusula 13.^a
(Resolução pela Segunda Outorgante)

1. A Segunda Outorgante pode resolver o presente contrato em casos de grave violação das obrigações contratuais pela Primeira Outorgante e ainda nas seguintes situações:
 - (a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - (b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Primeira Outorgante;
 - (c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela Primeira Outorgante por período superior a 10 (dez) dias, ou quando o montante em dívida exceda 25 % (vinte e cinco por cento) do preço contratual, excluindo juros;
 - (d) Exercício ilícito dos poderes da Primeira Outorgante de conformação da relação contratual, quando tornem contrária à boa-fé a exigência da manutenção do contrato;
 - (e) Incumprimento de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato pela Primeira Outorgante.
2. No caso previsto na alínea (a) do número 1, apenas há direito de resolução quando:
 - (a) A resolução não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou,
 - (b) Caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira da Segunda Outorgante ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.
3. O direito de resolução previsto no presente artigo é exercido por via judicial.
4. Nos casos previstos na alínea (c) do número 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à Primeira Outorgante, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se a Primeira Outorgante cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 14.^a
(Sigilo)

1. À Segunda Outorgante é vedado prestar qualquer informação a terceiros sobre a natureza ou o andamento da prestação dos serviços, bem como divulgar, através de qualquer meio de comunicação, dados e informes relativos à documentação envolvida, salvo com expressa autorização escrita da Primeira Outorgante.
2. A Segunda Outorgante compromete-se, por si e por terceiros a ela relacionados, a guardar sigilo sobre toda e qualquer informação obtida em decorrência deste contrato, salvo (i) com expressa autorização escrita da Primeira Outorgante e (ii) caso a divulgação de tais informações tenham sido em decorrência de lei ou ordem judicial.
3. Não obstante o término do prazo contratual, as obrigações acima mencionadas, previstas nos números 1 e 2 da presente Cláusula, permanecerão em vigor.

Cláusula 15.^a
(Subcontratação e cessão da posição contratual pela Segunda Outorgante)

1. A subcontratação e a cessão da posição contratual pela Segunda Outorgante, sujeitam-se ao consentimento prévio da Primeira Outorgante.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, a Segunda Outorgante deverá identificar quais as prestações contratuais que, em concreto, pretende subcontratar ou ceder, o subcontratado ou cessionário em causa, bem como deverá instruir a sua proposta com a documentação referida nos termos da lei.
3. A Primeira Outorgante poderá, a todo o tempo, requerer a substituição de qualquer subcontratado, se:
 - (a) No seu entender, tal subcontratado não se mostrar qualificado para cumprir as obrigações subcontratadas;
 - (b) Tomar conhecimento de violação, pelo subcontratado, de quaisquer obrigações decorrentes do contrato ou de qualquer legislação ou regulamentação que lhe seja aplicável.
4. Caso a Primeira Outorgante requeira a substituição do subcontratado, nos termos do disposto no número anterior, a Segunda Outorgante deverá no prazo máximo de 2 (dois) dias a contar da data da receção da comunicação da Primeira Outorgante proceder à identificação do novo subcontratado e à apresentação dos documentos referidos, nos termos da lei.

5. A autorização da nova subcontratação referida no número anterior obedecerá ao legalmente previsto.
6. Em caso de subcontratação, a Segunda Outorgante manter-se-á como garante e único responsável, perante a Primeira Outorgante, pela execução das obrigações contratuais assumidas.

Cláusula 16.^a
(Cessão da posição contratual pela Primeira Outorgante)

1. A Primeira Outorgante poderá ceder a sua posição contratual a qualquer momento, sem necessidade de acordo da Segunda Outorgante.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Segunda Outorgante poderá opor-se à cessão da posição contratual pela Primeira Outorgante apenas em caso de fundado receio de que a cessão envolva um aumento do risco de incumprimento das obrigações emergentes do contrato pelo potencial cessionário ou a diminuição das garantias da Segunda Outorgante.

Cláusula 17.^a
(Resolução de Litígios)

1. Os eventuais diferendos ou litígios emergentes da interpretação, execução e incumprimento do presente contrato, serão solucionados preferencialmente por negociação entre as partes, de boa fé.
2. Na ausência de acordo relativo à questão controvertida, o litígio será dirimido pelo foro da Comarca de São Vicente, com renúncia expressa de qualquer outro.

Cláusula 18.^a
(Lei aplicável)

O presente contrato é regulado pela legislação cabo-verdiana em vigor, incluindo principalmente o Código Civil.

As Outorgantes declaram que aceitam o presente Contrato com todas as suas cláusulas, termos, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam. Este Contrato, constituído por 14 (catorze) páginas, é feito em 2 (duas) vias, sendo uma para cada uma das partes e são rubricados pelas partes. Assim o outorgam.



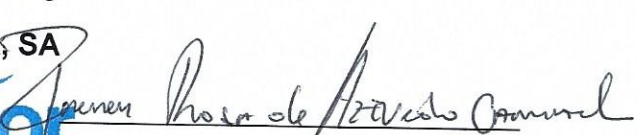
Feito na Cidade do Mindelo, ao 4.º dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois.

A Primeira Outorgante

ENAPOR, SA



Eng.º Alcídio Nascimento Lopes
Presidente do Conselho de Administração



Eng.º Ireneu Rosa de Azevedo Camacho
Administrador Executivo

A Segunda Outorgante

INFOPLUS - Comunicação Marketing & Eventos



Dr. Carlos Morgado
CEO